



# CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

02  
DEZEMBRO  
2015



## repórter70

### EMPOUCASLINHAS

---

- Surpreende o valor das fraudes na Assembleia Legislativa praticadas em administrações passadas. Estimadas pelo promotor Arnaldo Azevedo em R\$ 300 milhões, ninguém do poder sentiu falta.
- O processo a que responde o ex-presidente da Alepa Domingos Juvenil está correndo célere nas Câmaras Criminais Reunidas do TJE, tendo como relator o desembargador Leonam Cruz.
- Embora em primeira instância, os processos contra os fraudadores da Alepa estão andando com certa rapidez, uma vez que os recursos juntos aos tribunais superiores podem levar anos em tramitação.

## CIDADES

Esperança de vida no Pará chega a 71,7 anos. Página 7.

# Belém celebra o Dia de Combate à Aids

## PARCERIA

Estudantes fazem jingles da campanha a ser lançada em 2016 no Estado

O Dia Mundial de Combate à Aids foi celebrado ontem, em Belém, com uma série de ações de conscientização. No bairro da Pedreira, a Secretaria de Saúde Pública do Pará (Sespa) realizou pela primeira vez, na Escola Estadual Rodrigues Pinagé, um concurso entre estudantes para escolha do jingle a ser usado na campanha estadual de combate à doença em 2016. Participaram três canções e a escolhida foi feita pelo estudante João Marcos Palheta que utilizou a recomendação do Ministério da Saúde de infecções sexualmente transmissíveis (IST) ao invés de doenças sexuais transmissíveis (DST). "No final da letra eu coloco que não podemos esquecer os jovens e adolescentes, que são o foco do projeto", explicou o estudante.



Entre as ações de ontem, foram apresentados os jingles compostos pelos estudantes

No entanto, dois jingles serão veiculados no próximo ano. Segundo a coordenadora estadual de DST/Aids, Deborah Crespo, essa deve ser a primeira semente da campanha contra as doenças. "Nós estamos trazendo essa parceria para

dentro da escola para que o jovem seja o protagonista dessa luta, criando uma ferramenta de comunicação e esclarecimento para o público jovem", disse. De acordo com ela pessoas infectadas estão presentes em todos os municípios do Es-

tado do Pará. "Muitas pessoas ainda não usam os preservativos, não reconhecem o risco de contrair a doença e acabam sendo infectadas", informou.

O Pará é o sétimo estado brasileiro com o maior número de casos confirmados, mas

CONTINUA...

## **Jovens são o foco do esforço para impedir o avanço da doença em todo o País**

existe uma projeção otimista na diminuição dos casos notificados em 2015. Em 2014, o número de pessoas no Pará com o vírus HIV foi de 1.384. Até o final de outubro deste ano, foram registrados 882 casos. Em Belém, a estimativa para 2015 da Coordenação Municipal de Infecções Sexualmente Transmissíveis e Aids é de 231 novos casos confirmados de HIV entre adolescentes e jovens, na faixa etária de 13 a 24 anos.

Esse é um dos motivos para que o foco de preocupação dos órgãos de saúde sejam os jovens, grupo em que a média de infecções tem aumentado. "A população jovem ainda é a mais afetada", esclareceu. Entre as ações previstas para a Região Metropolitana de Belém (RMB), ontem, estavam a realização de centenas de testes rápidos de HIV/Aids, hepa-

tites B e C, sífilis, distribuição de milhares de informativos, camisinhas masculinas, femininas e gel lubrificante.

No próximo domingo, 6, na Praça da República, serão oferecidos testes gratuitos de HIV à população e durante todo o mês de dezembro, nos finais de semana, serão realizadas ações de panfletagem preventiva nas barreiras rodoviárias, junto com a distribuição de preservativos. Em uma parceria com o Tribunal de Justiça, também haverá uma série de palestras educativas para os servidores estaduais e abertas ao público.

A primeira será hoje, no Fórum Cível da Infância, em Belém. Amanhã a palestra será realizada na sede do Tribunal de Justiça, também em Belém. Também na quinta-feira, 3, haverá palestras em Parauapebas e Santarém, e na sexta-feira, 4, em Marabá. No dia 14 de dezembro, as secretarias de Saúde Pública e de Justiça e Direitos Humanos promovem um fórum de debates no Fórum Cível, em Belém, sobre uso de preservativo entre menores e transexualidade.

# PODER

■ POLÍTICA

■ DINHEIRO ■ BASTIDORES

## Oposição ataca Delcídio

Senador **Delcídio Amaral** é alvo de representação no Conselho de Ética do Senado. **Página 2.**

## Cassado prefeito de Oriximiná

Luiz Gonzaga Viana Filho perdeu o cargo juntamente com seu vice, por decisão do TRE. **Página 4.**


**OLIBERAL**

# STF manda investigar Jader

## "PETROLÃO"

Paraense será alvo de novo inquérito, juntamente com Renan e Delcídio

### BRASÍLIA

Agência Brasil

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem, a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a abertura de dois inquéritos para investigar na Operação Lava Jato o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Delcídio do Amaral (PT-MS), além do deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE).

Os pedidos de abertura de investigação foram feitos anteontem, pela Procuradoria-Geral da República. Com a decisão, Barbalho e Delcídio, que foi preso na semana passada por determinação do Supremo, passam a ser investigados na Lava Jato. Calheiros e Gomes são investigados pelo STF

em outro inquérito, aberto em março, após as primeiras denúncias do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Os pedidos de investigação foram enviados ao Supremo em segredo de Justiça e os detalhes não foram divulgados. Os crimes citados são corrupção e lavagem de dinheiro. Zavascki enviou os inquéritos para a Polícia Federal, que deverá iniciar as investigações.

Sobre o pedido apresentado pela Procuradoria-Geral da República, o senador Renan Calheiros disse, em nota, que

**Procurado, Jader disse que iria se pronunciar somente hoje sobre acusação**

reitera que as relações com empresas públicas nunca ultrapassaram os limites institucionais. "O Senador já prestou os esclarecimentos necessários, mas está à disposição para novas informações, se for o caso", diz o texto. A nota informa ainda que o presidente do Senado

nunca "autorizou, credenciou ou consentiu que seu nome fosse utilizado por terceiros".

Procurado pela Agência Brasil, o senador Jader Barbalho respondeu que está fora de Brasília e deve se pronunciar amanhã (hoje). A defesa do deputado Aníbal Gomes informou que não teve acesso ao material entregue ao STF. Segundo o advogado do deputado, quando o parlamentar for chamado, prestará os esclarecimentos.

A Agência Brasil procurou também a defesa do senador Delcídio do Amaral. A assessoria do escritório do advogado Maurício Leite disse que a defesa ainda não teve acesso ao inquérito e que, por isso, ainda não pode se pronunciar.

Com a abertura dos novos inquéritos, o STF passa a processar 68 investigados na Lava Jato. Entre eles, 23 deputados federais, 14 senadores, 1 ministro de Estado e um ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Os demais não têm foro por prerrogativa de função, mas são processados pela Corte, por ter ligações diretas com parlamentares.

# PODER

■ POLÍTICA

■ DINHEIRO ■ BASTIDORES

## Oposição ataca Delcídio

Senador Delcídio Amaral é alvo de representação no Conselho de Ética do Senado. **Página 2.**



## Cassado prefeito de Oriximiná

Luiz Gonzaga Viana Filho perdeu o cargo juntamente com seu vice, por decisão do TRE. **Página 4.**

**OLIBERAL**

# Petrolão é o novo item em um currículo repleto de casos de corrupção

**BRASÍLIA**
**THIAGO VILARINS**  
Da Sucursal

Com três citações nos depoimentos da Lava Jato, um inquérito por suspeita de corrupção passiva e lavagem de dinheiro e um currículo atolado em escândalos de desvios de dinheiro público, Jader Barbalho volta negativamente aos holofotes da política nacional. Desde que retornou ao Senado, em dezembro de 2011, após ser beneficiado com o adiamento da vigência da Lei da Ficha Limpa para as eleições do ano seguinte, Jader só era lembrado pela mídia nacional pela

discrição do seu mandato. O "senador fantasma", como foi apelidado no Congresso Nacional, sempre foi destaque por não aparecer no plenário, não apresentar e nem relatar qualquer projeto de lei ou proposta de emenda à Constituição, não participar como membro de nenhuma comissão permanente, por não tomar a tribuna para fazer discursos e apartes e quase nunca ser localizado no seu gabinete.

O que era um mandato discreto, agora toma as cores do período mais movimentado e famoso da sua trajetória política: a época em que foi obri-

gado a renunciar a sua cadeira no Senado Federal, em 2002, para escapar de uma cassação, sendo até algemado e detido por 16 horas pela Polícia Federal, sob a suspeita de chefiar uma quadrilha acusada de desviar R\$ 1 bilhão dos cofres públicos. Como naquela época, Jader é alvo de investigação de um esquema de corrupção e tem sido muito procurado pela imprensa para dar explicações sobre a sua participação. Já foi, inclusive, à tribuna defender o voto secreto sobre a decisão que envolvia a prisão do seu colega Delcídio do Amaral, que responde na mesma investiga-

ção em que ele está envolvido.

No começo da atual legislação, o senador figurava como o recordista de investigações no Supremo Tribunal Federal (STF), sendo réu em cinco ações penais no STF, acusado de desviar recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Banco do Pará (Banpará) e do Ministério da Reforma Agrária.

Em uma dessas acusações, Jader tinha se beneficiado de repasses da Sudam a um projeto para criação e abate de rãs, tocado por Márcia Zaluth, sua esposa à época. Raposa velha

na política, Jader usou de artimanhas jurídicas ao longo dos últimos anos para tirar vantagem da lentidão da Justiça e não ter que responder pelos crimes que mancham o seu nome. Ele já se livrou ao completar 70 anos, em outubro de 2014. Como a legislação reduz à metade o prazo de prescrição para os crimes atribuídos ao parlamentar, o STF decretou a extinção da punibilidade em seis processos a que ele respondia. Em outras palavras, o Estado perdeu o direito de puni-lo mesmo que fosse comprovada a sua culpa por causa da demora da Justiça em jul-

gá-lo. Somente no início desse semestre, o parlamentar teve três ações penais arquivadas no Supremo por esse motivo. As decisões foram tomadas pelo ministro Edson Fachin.

Uma das ações penais foi aberta em 2002 (AP 374). Segundo o Ministério Público, Jader teria ordenado o desvio de verbas da Sudam nos anos 1990. A denúncia diz que os desvios foram operados por uma pessoa indicada pelo senador para atuar no órgão.

Veja no gráfico abaixo um resumo da trajetória de acusações, inquéritos e processos contra Jader Barbalho.

## Escândalos na ficha corrida de Barbalho

### Caso Banpará

As denúncias contra Jader Barbalho que o levaram a ser investigado pelo Supremo por conta de desvios de dinheiro do Banpará que tiveram início em 1984, quando ele era governador do Pará. Entre os meses de outubro e dezembro daquele ano, o Banpará emitiu onze cheques administrativos, supostamente destinados a pagar dívidas do banco. Era um truque. O dinheiro desviado, equivalente a R\$ 2,5 milhões, saiu de um fundo público estadual e foi todo aplicado em títulos de renda fixa numa agência do banco Itaú, no Rio de Janeiro. O dinheiro era aplicado no overnight e voltava na manhã seguinte para as contas de origem.

Porém, os rendimentos - que naquela época eram muito significativos, já que o país tinha uma inflação astronômica - não eram contabilizados e sim desviados para outras contas. No processo, houve, inclusive, a identificação objetiva dos beneficiários do esquema de desvios de verbas, dentre eles, Jader Barbalho, a empresa Diário do Pará e a deputada federal Elcione Barbalho (PMDB-PA). Apesar de o dossiê ter sido entregue ao Ministério Público em 2001, apenas em dezembro de 2004, o STF decidiu abrir um processo criminal contra o então deputado federal Jader Barbalho. Com a nova renúncia de Jader, desta vez, da cadeira na Câmara dos Deputados, em 2010, o processo seguiu no primeiro semestre do ano passado para a Justiça Federal e, em seguida, para a 4ª Vara Criminal de Belém. No dia 15 de fevereiro de 2012, a ação penal voltou ao STF, sob a vista do ministro-relator, Ricardo Lewandowski.

### Caminho do processo Banpará

**1984-1985** - Jader é acusado, pelo então presidente do Banco Central, Arminio Fraga, pelo desvio de R\$ 2,5 milhões do Banpará e R\$ 8 milhões de outros lucros obtidos com aplicações financeiras, no banco.

**2001** - Auditoria do Banco Central encaminha extenso relatório para o Ministério Público, descrevendo em minuciosos detalhes as operações criminosas de Jader Barbalho.

**2004** - Em posse da ação, o Supremo Tribunal Federal (STF) decide abrir um processo criminal contra o então deputado federal Jader Barbalho.

**2010 (novembro)** - Jader Barbalho renuncia ao mandato de deputado federal, para arrastar o processo na justiça, visando a prescrição.

**2011 (junho)** - Sem foro privilegiado, Jader tem seu processo reencaminhado à 4ª Vara Cível de Belém. Ainda em junho, o promotor de justiça Wilson Brito, que respondia internamente pela promotoria,

emitiu parecer preliminar.

**2011 (dezembro)** - O Supremo dá o direito de Jader ocupar uma das vagas paraense no Senado, sob alegação de que, mesmo Jader sendo ficha suja, a Lei da Ficha Limpa só teria validade para as próximas eleições. Ele assume no dia 28. Durante os julgamentos, Jader chegou a encaminhar correspondência para a residência de cada um dos ministros, os intimidando. A postura de Jader foi rejeitada no plenário pelos ministros.

**2012 (fevereiro)** - O processo do Banpará é devolvido, pela Justiça do Pará, ao Superior Tribunal Federal.

**2014 (setembro)** - Prescrição do processo.

### Caso Sudam

O escândalo do caso Sudam completou, em 2015, treze anos, com um rombo de, pelo menos, R\$ 4 bilhões aos cofres públicos. O caso se tornou um dos símbolos da impunidade no Brasil, já que, até agora, as punições são raras e o dinheiro nunca voltou à sua origem. Jader havia acabado de assumir a presidência do Senado quando foi acusado de envolvimento nas fraudes à Sudam. Indícios superintendentes da autarquia que foram posteriormente afastados por corrupção e foi sócio de José Osmar Borges, o maior fraudador da Sudam, na Agropecuária Campo Maior. A empresa existiu por dois anos e passou pelas mãos de diversos donos até ser anexada à fazenda Rio Branco, pertencente a Jader, que lucrava nada menos que R\$ 1,1 milhão na operação de compra e venda do terreno. Parte dos recursos desviados, avaliados em R\$ 10 milhões, teria destino o ranário da sua ex-esposa, Mircia Cristina Zaluth.

Na esteira da crise, Barbalho decidiu renunciar à presidência do Senado, em julho de 2001. Pouco depois, abdicou também do mandato, a fim de evitar a cassação. Chegou a ser preso em fevereiro de 2002, mas ficou apenas 16 horas na cadeia, tendo se beneficiado de um habeas corpus. Em julho de 2013, a Justiça Federal no Tocantins condenou o senador a devolver R\$ 2,2 milhões de reais à União por envolvimento no esquema. Com o fim do Foro privilegiado, devido a sua segunda renúncia, na Câmara, em 2010, o processo contra Jader desceu para a Justiça de Tocantins no dia 25 de fevereiro de 2011. Como o peemedebista voltou a ter mandato eletivo no fim do mesmo ano, o processo retornou a suprema corte no dia 29 de fevereiro de 2012, quando foi distribuído ao relator.

### Caminho do caso Sudam

**2000** - Jader Barbalho, então senador é acusado de envolvimento na fraude da Sudam, descoberta em outubro deste ano.

**2001 (abril)** - Investigações avançam em



quatro estados (MT/PA/TO/AM) e ligam Jader Barbalho a empresários envolvidos no caso de fraudes na Sudam.

**2001 (julho)** - Pressionado pelas acusações, sobretudo do ex-senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que em vários embates na tribuna, apresentou os indícios de desvio de dinheiro público, Jader renuncia a Presidência do Senado.

**2001 (outubro)** - Jader renuncia a cadeira de senador para fugir do processo de cassação recém aberto na Casa. No mesmo ano, o processo é reencaminhado à Justiça de Palmas (TO).

**2002 (fevereiro)** - Jader é preso em Belém pela Polícia Federal e enviado a Tocantins, onde ficou detido por um dia. Jader ficou encarcerado com mais 10 pessoas envolvidas no esquema.

**2002 (outubro)** - Livre, Jader é reeleito deputado federal.

**2002 a 2006** - De volta ao STF, o processo tramita, na última instância.

**2006 (outubro)** - Jader é eleito deputado federal.

**2007** - José Osmar Borges, sócio de Jader, e apontado como o maior fraudador da Sudam, na Agropecuária Campo Maior, é encontrado morto na sua mansão, na Chapada dos Guimarães (67 km do Norte de Colúmbia) em circunstâncias consideradas misteriosas. A suspeita é de que ele tenha se suicidado, ingerindo veneno.

**2010 (novembro)** - Jader Barbalho renuncia ao mandato de deputado federal, dois meses antes do término da legislatura, para forçar os processos da Sudam a descerem para a Justiça Federal de Tocantins.

**2011** - Sem foro privilegiado, Jader tem seu processo reencaminhado à Justiça de Tocantins.

**2011 (dezembro)** - O Ministro César Peluso julga Ficha Limpa inconstitucional e Marlon Brito, mesmo recorrendo ao STF, perde seu mandato para que Jader

Barbalho possa voltar ao cargo para o qual teria sido eleito, em 2010. Durante os julgamentos, Jader chegou a encaminhar correspondência para a residência de cada um dos ministros, os intimidando. A postura de Jader foi repudiada no plenário pelos ministros.

**2012 (fevereiro)** - Jader volta ao cargo de Senador.

**2012 (fevereiro)** - O processo da Sudam é devolvido, pela Justiça do Tocantins, ao Superior Tribunal Federal.

**2012 (agosto)** - O juiz Leopoldo Antunes de Oliveira Figueiredo, da Divisão de Apoio à Execução, do Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso (TRT-MT), determinou que uma acionista do Grupo Osmar Borges pague multa superior a R\$ 250 mil, por ato atentatório contra a dignidade da Justiça, além de arcar com os custos processuais de 2% sobre o valor definido pelo juiz para a causa. O grupo pertencia ao empresário Osmar Borges.

**2013 (julho)** - Jader Barbalho é condenado a ressarcir R\$ 2.227.316,65 à União, por apropriação ilícita de recursos públicos federais do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), da extinta Sudam. A verba havia sido destinada à Imperador Agroindustrial de Cereais S/A, com sede em Cristalina, a 165 km de Palmas (TO). Na sentença, o juiz titular da 2ª Vara da Seção Judiciária do Tocantins, Waldemar Cláudio de Carvalho, diz tacitamente que Barbalho enriqueceu ilícitamente com desvio de verbas públicas, cuja quantia deverá ser devolvida agora com atualização monetária e acrescida de juros de mora de 1% ao mês desde a ocorrência do ato ilícito, em 1998. Com a correção, o valor a ser pago pelo peemedebista chega a R\$ 21.394.935,54.

**2014 (agosto)** - Prescrição do processo.

#### **Caso Petrolão**

**2014 (dezembro)** - Imprensa nacional aponta Jader como um dos nomes por trás das indústrias sobre a divisão das obras da estatal ao grupo fechado de empreiteiras. E-mail divulgado na época, que circulou pela empresa em dezembro de 2008, antecipando a maioria das acusações contra a Petrobras que surgiram na Operação Lava Jato, de um funcionário anônimo, que se autointitula O Vigilante, menciona o nome de Jader ao lado do político que indicou Paulo Roberto Costa para a diretoria de Abastecimento, José Janene (PP-PR), morto em 2010, de problemas cardíacos. "Pobres diretores, tornaram-se escravos do Janene, do Jader Barbalho", diz.

**2015 (julho)** - Depoimento do consultor da Toyo Setal e delator na Operação Lava Jato, João Camargo, diz que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pediu a ele propina de US\$ 5 milhões em um contrato de navio-sonda da Petrobras. No depoimento, Camargo afirmou que o valor foi pago por meio de

Fernando Soares, o Fernando Balano, um discípulo de Jorge Luz, conhecido lobbista parense que tem ligações estreitas com a família Barbalho.

**2015 (setembro)** - A trama deflagrada pela Operação Lava Jato atinge de vez Jader Barbalho. Segundo o depoimento de delação premiada proposto pelo ex-diretor da Petrobras, Nestor Certero, foi realizado o pagamento de propina de US\$ 15 milhões referentes à negociação da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, dos quais ao menos US\$ 2 milhões foram parar nas mãos de Jader e do senador Rensan Calheiros, também do PMDB.

**2015 (outubro)** - Em delação premiada na Operação Lava Jato, o lobbista Fernando Balano, citou os nomes do presidente do Senado, Rensan Calheiros (PMDB-AL), do senador Jader Barbalho, do senador Delcílio Amaral (PT-MS) e do ex-ministro Silas Rondau, também filiado ao PMDB, como supostos beneficiários de propina referente à contratação de um navio-sonda da Petrobras.

**2015 (outubro)** - Paralelo as Investigações da Lava Jato, a Polícia Federal deflagra duas organizações criminosas que atuavam junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), quando Helder Barbalho, filho de Jader, comandava a Pasta. Em uma das operações, que causou um prejuízo total de R\$ 1,4 bilhão em danos ambientais, foi preso o secretário-executivo interino do extinto Ministério (o número 2 na época de Helder), Clemerson José Pinheiro da Silva, e a foi levada a para prestar depoimento Cassilda Gona, chefe de gabinete de Helder Barbalho.

**2015 (novembro)** - O nome de Jader é citado na gravação que levou a prisão o senador Delcílio Amaral (PT-MS). Barbalho ainda provocou reação da população e de companheiros no Senado, ao defender na tribuna, o voto secreto da Casa, para decidir se Amaral continuaria ou não na cadeia.

**2015 (30 de novembro)** - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de novos inquéritos para investigar a ligação do presidente do Senado, Rensan Calheiros (PMDB-AL), e dos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Delcílio do Amaral (PT-MS) e, além do deputado Arnival Gomes (PMDB-CE), com o esquema de corrupção da Petrobras. São duas solicitações de abertura de inquérito, ambas para investigar os parlamentares por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

**2015 (1 de dezembro)** - O ministro do STF, Teori Zavascki, autoriza a abertura de dois novos inquéritos para apurar a ligação de Jader com o esquema da Petrobras.

TRE decide cassar prefeito e vice de Oriximiná. Página 4.

POLÍTICA

## MAIS

**"Urna custa menos que fundo"**

**O ministro** Dias Toffoli, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou ontem que os valores para a Justiça Eleitoral adquirir novas urnas eleitorais com voto impresso são menores que os recursos destinados ao Fundo Partidário. O Tribunal estima que uma nova licitação para a atualização das urnas custará R\$ 200 milhões ao Tribunal. "Esse valor que a Justiça Eleitoral está precisando é muito menor do que o Fundo Partidário." O valor atual do fundo,

alimentado com recursos públicos e destinado aos partidos políticos, é de R\$ 867 milhões. "Nós estamos muito esperançosos de que o Congresso, o Ministério do Planejamento, Tesouro Nacional e a Presidência irão garantir a exceção sobre esses recursos necessários para a continuidade das urnas e das eleições, que têm data marcada", afirmou o ministro no fim da cerimônia do Prêmio Inovare, no Supremo Tribunal Federal (STF).

TRE decide cassar prefeito e vice de Oriximiná. Página 4.

POLÍTICA

# Congresso eleva teto para aposentadoria



ANANDA BORGES - CÂMARA DOS DE

Sessão do Congresso apreciou vetos presidenciais, mas não avançou para a meta fiscal

## SERVIDORES

### Veto de Dilma à elevação para 75 anos foi derrubado pelos parlamentares

O Congresso Nacional derrubou ontem o veto da presidente Dilma Rousseff à elevação de 70 para 75 anos da aposentadoria compulsória em todas as esferas do serviço público do país. A proposta prevê que, além dos servidores da União, dos estados e dos municípios, também serão beneficiados com a nova regra os integrantes do Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas e dos Tribunais e dos Conselhos de Contas.

A mudança no teto de aposentadoria do funcionalismo havia sido aprovada em setembro pelo Congresso Nacional. No mês seguinte, Dilma vetou a proposta com a justificativa de que havia um vício de origem na tramitação do projeto.

Segundo ela, o texto aprovado pelos congressistas "contraria" trecho do artigo 61 da Constituição, que trata das iniciativas da Presidência da República. Este dispositivo constitucional afirma que cabe ao Executivo federal decidir sobre a aposen-

tadoria no serviço público.

No embasamento do projeto, o Legislativo destacou que a elevação do teto de aposentadoria compulsória no serviço público geraria uma economia entre R\$ 800 milhões a R\$ 1,4 bilhão por ano aos cofres da União nos próximos 55 anos. A explicação é que com a mudança os servidores passariam a se aposentariam "tardiamente".

Na ocasião em que Dilma vetou a proposta, o Ministério do Planejamento informou que não tinha feito estimativas para avaliar se o projeto elevaria ou reduziria os gastos do governo federal.

## BENGALA

Em maio deste ano, foi aprovada uma emenda à Constituição, apelidada de "PEC da Bengala", que ampliou de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória de ministros de tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF), e do Tribunal de Contas da União. A medida, porém, não atingia os demais servidores públicos.

O primeiro veto apreciado - e mantido pelos parlamentares - foi o que barra a inclusão das atividades turísticas no meio rural como atividade

rural. Na justificativa do veto, a presidente argumenta que o dispositivo "poderia enquadrar certas atividades turísticas indevidamente como atividade rural, o que possibilitaria uma aplicação distorcida de benefícios tributários no âmbito do imposto de renda rural".

O veto foi mantido pelos deputados, já que a derrubada recebeu 253 votos. Para anular o veto presidencial, seria necessário maioria absoluta (257 votos). Outros 148 deputados votaram pela manutenção e 3 se abstiveram. Como a Câmara manteve o veto, os senadores não chegaram a votá-lo.

O segundo veto apreciado pelos parlamentares impede a criação de um subprograma do Minha Casa, Minha Vida chamado Programa Nacional de Habitação dos Profissionais de Segurança Pública. A proposta previa a construção de unidades habitacionais para policiais civis e militares, com subsídio do governo federal. Por 189 votos a 142, os deputados decidiram manter o veto da presidente.

Ao excluir o texto, Dilma

CONTINUA...

## **Governo pretendia votar ontem mesmo autorização para déficit primário**

argumentou que a proposta criaria um subprograma "voltado para um segmento profissional específico, sem estipular critérios relacionados à renda dos beneficiários, o que desvirtuaria os objetivos originais do programa".

### **META FISCAL**

Foi adiada no Congresso, por falta de quórum, a discussão do Projeto de Lei (PLN) 5/15, que autoriza o governo a fechar o ano de 2015 com déficit primário de até R\$ 119,9 bilhões. Esse número vai substituir a meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor, de superávit primário de R\$ 55,3 bilhões para a União (governo federal e Banco Central). A oposição sugeriu que o Parlamento deixasse para hoje a votação do projeto, mas devido à falta de garantia de que não haveria obstrução hoje, a base governista insistiu na votação, que acabou não ocorrendo pela ausência dos parlamentares.

## Tribunal cassa mandatos do prefeito e vice de Oriximiná

### JUDICIÁRIO

**Luiz Gonzaga Viana ainda poderá recorrer da sentença e ficar no cargo**

O prefeito e o vice-prefeito de Oriximiná, Luiz Gonzaga Viana Filho (PV) e Antônio Odinélio Tavares da Silva, respectivamente, foram cassados ontem pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em Belém, por distribuição de dinheiro e outros benefícios, em troca de votos, nas eleições de 2012. Ainda cabe recurso da sentença.

A decisão do TRE foi motivada por denúncias de oferta de auxílio financeiro e distribuição de medicamentos, ma-

teriais de construção e esportivos, motores de embarcações, abadás, vacinas e urnas funerárias durante a campanha eleitoral naquele município do oeste do Estado. A ação tramitada no TRE foi impetrada por Ângelo Ferrari (PSD), segundo colocado na eleição para prefeito de Oriximiná. O advogado dele, José Rubens Barreiros de Leão, sustentou que os bens e valores doados totalizaram R\$ 3.428.507,82. Luiz Gonzaga Viana Filho foi eleito prefeito de Oriximiná com 16.174 votos, correspondentes a 53,76% do colégio eleitoral.

Advogado do impetrante, José Rubens Barreiros de Leão informa que o pedido de cassação foi requerido logo após a eleição, por suposto uso da máquina pública em benefício

do candidato, inclusive com o pagamento de auxílio financeiro, como o pagamento de contas de luz com dinheiro público, sem que esses benefícios passassem pelo departamento de assistência social do município, que avalia situações de vulnerabilidade antes das concessões de auxílio.

O advogado também adiantou que o TSE não irá analisar novamente as provas. "Para mudar a decisão, precisaria reexaminar a prova, o que não pode ser feito". De acordo com ele, neste caso, assume a prefeitura o presidente da Câmara Municipal de Oriximiná, Tomé Walzele, até que o TRE marque as novas eleições. O advogado explicou que ainda não foi decidido se a eleição suplementar será direta ou

### Presidente da Câmara deve assumir até a realização de nova eleição

indireta. "Alguns dizem que será indireta. Mas ela tem que ser direta, porque a indireta só é autorizada quando o cargo vaga nos últimos seis meses do mandato. Como falta mais de seis meses, terá de ser realizada eleição direta", assegura Leão. De acordo com ele, o Tribunal deve comunicar a Câmara em dez dias, após a publicação do acórdão. Em seguida, será empossado o presidente da Câmara, até que ocorra a eleição suplementar.

## Belém terá julgamentos da Comissão de Anistia

Dias 10 e 11 próximos, mais de 150 processos serão julgados em Belém e vítimas do regime militar (1964-1985) serão homenageadas, em sessões da Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça, no Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) e na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará (OAB Pará). O trabalho da Comissão da Anistia tem a parceria direta da Comissão Estadual da Verdade do Pará, formada por nove membros de organismos governamentais e não governamentais, como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará (Sinjor).

"Aqui, em Belém serão dois momentos. Primeiro no NPI, simbolicamente, na Terra Firme, porque queremos fazer um paralelo com a violação dos direitos no passado e as violações de hoje", disse Ana Maria Lima de Oliveira, paraense que há 12 anos integra a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, ontem de manhã, na sede da Alepa.

No segundo dia da programação, 11, a Caravana da Anistia realizará uma sessão

de julgamento e o Ato da Memória dentro da OAB Pará, em homenagem a advogados, que defenderam vítimas da ditadura, e a paraenses que não eram advogados, mas foram perseguidos, alguns, torturados pelos militares, a exemplo de Iza Cunha, histórica militante de esquerda, que lutou contra a repressão no Pará, já falecida. Iza foi fundadora da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos do Pará (SDDH-PA) e do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC), ao lado de outros paraenses. Os dois eventos dos dias 10 e 11, têm o apoio das comissões de Direitos Humanos da OAB-PA, da Assembleia Legislativa do Estado (Alepa), além da Comissão Estadual da Verdade do Pará.

Criada em 2001, a Comissão de Anistia é órgão do Estado brasileiro vinculado administrativamente ao Ministério da Justiça. Até janeiro deste ano, a Comissão recebeu mais de 74 mil pedidos de anistia, declarando 43 mil pessoas anistiadas políticas, com ou sem reparação econômica. Ao todo, já foram julgados 60 mil casos e cerca de 230 mil aguardam na fila de espera. Em ida recente à região do Araguaia, foram ouvidas 320 pessoas, entre camponeses, índios e trabalhadores rurais, para a produção de um relatório mais consistente, que sirva de elo complementar para a pesquisa feita pela Comissão.

Comissão de Orçamento inclui CPMF na previsão de receitas. Página 6.

POLÍTICA

# TRE garante que haverá votação eletrônica no Pará

## ELEIÇÕES 2016

Tribunal diz que Estado não será afetado por corte de despesas da União

Não há ameaça de as urnas não serem todas eletrônicas nas eleições municipais no Pará em 2016. Foi o que assegurou o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA). "Pelo menos no nosso estado nós temos um parque eletrônico que satisfaria plenamente e garantiria a nossa eleição. Temos condições de disponibilizar equipamentos para que seja 100% eletrônico o processo", afirmou Eduardo Araújo, assessor de planejamento do TRE-PA. Ainda ontem o TRE-PA lançou o Plano Integrado de Eleições 2016, que fala dos aspectos legais de julgamentos de processos, prazos de registro de candidaturas, prestação de conta e propaganda eleitoral.

O prenúncio ocorreu depois que, por meio da Portaria Conjunta nº 3/2015, publicada na segunda-feira, 30, no Diário Oficial da União (DOU) e assinada pelos presidentes dos tribunais superiores, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que o contingenciamento de recursos determinado pela União para cada área do Poder Judiciário, incluindo a Justiça Eleitoral, inviabilizaria as eleições de 2016 por meio eletrônico e há risco de votação com cédulas de papel e urnas de lona, mas não é



TRE diz que tem urnas suficientes para realizar eleições

possível dizer quanto do processo eleitoral seria afetado.

Na mesma nota, a assessoria de comunicação do TSE afirma que não será repassado à Justiça Eleitoral o valor de R\$ 428.739.416,00 - o que prejudicará a aquisição e manutenção de equipamentos necessários para a execução do pleito do próximo ano. "Esse bloqueio no orçamento compromete severamente vários projetos do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). O impacto maior reflete no processo de aquisição de urnas eletrônicas, com licitação já em curso e imprescindível contratação até o final de dezembro, com o comprometimento de uma despesa estimada em R\$ 200 milhões", detalha a nota.

Ainda na semana passada, o presidente do TSE, ministro Dias Toffoli, procurou o presidente do Supremo Tribunal

Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, para expor a preocupação diante da medida do Executivo. "A demora ou a não conclusão do procedimento licitatório causará dano irreversível e irreparável à Justiça Eleitoral. As urnas que estão sendo licitadas tem prazo certo e improrrogável para que estejam em produção nos cartórios eleitorais. Na espécie, não há dúvida que o interesse público envolvido há que prevalecer, ante iminente ameaça de grave lesão à ordem, por comprometer as Eleições Eletrônicas Municipais de 2016", diz o TSE.

O TSE diz que vai pedir ajuda ao Congresso Nacional para garantir a verba. "O presidente do TSE registra e agradece o apoio do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, e informa que, juntos, irão envidar todos os es-

## O TSE informou que o corte de recursos inviabilizaria o voto eletrônico

forços no Congresso Nacional para que as verbas devidas sejam autorizadas, a fim de se garantir a normalidade das eleições do ano que vem".

A portaria dos tribunais superiores é assinada pelos presidentes do STF, ministro Ricardo Lewandowski, do TSE, ministro Dias Toffoli, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Antonio José de Barros Levenhagen, do Superior Tribunal Militar (STM), William de Oliveira Barros, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), desembargador Getúlio de Moraes Oliveira, e pela vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz.

O governo federal oficializou, na segunda-feira, 30, o corte de R\$ 13 bilhões do orçamento. As medidas afetam também o Congresso e a Justiça. No Judiciário o corte foi de R\$ 1,7 bilhão, na Câmara e Senado R\$ 173 milhões, no Executivo R\$ 11,2 bilhões, dos quais R\$ 10,7 bilhões são dos gastos não obrigatórios, como passagens aéreas, diárias, investimentos, alugueis e até contas de água e luz.

## Acusados de fraude vão ser interrogados hoje

Na manhã de hoje, outros dois acusados de participação nas fraudes na folha de pagamento da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), entre os anos de 2003 e 2011, serão interrogados. São Eles: Semel Charone Palmeira e Edmilson de Souza Campos, ambos ex-chefes de Gabinete Civil da Presidência da Alepa. Também estava previsto para hoje o interrogatório de José Robson do Nascimento, o "Robgol", mas foi adiado para o dia 9 de dezembro, a pedido do seu advogado, Roberto Lauria.

O processo, que está nas mãos da juíza da 11ª Vara Penal de Belém, Alda Gessyane Tuma, envolve a inclusão de funcionários e estagiários "fantasmas" e "laranjas" na Assembleia e possui 14 réus. A única a ser ouvida em juízo até agora foi Mônica Pinto, que confirmou e deu detalhes das irregularidades que ocorriam

na folha de pagamento da Casa, inclusive destacando o papel de cada um dos acusados no esquema fraudulento.

Os próximos interrogatórios estão marcados para as 9h, no Fórum Criminal. Mônica afirmou que Semel Charone era uma das pessoas que mandavam bilhetes para ela, solicitando a inclusão de nomes de pessoas que nunca trabalharam na Alepa na folha de pagamento da Casa. Advogada da acusada, Ana Maria Leal alega que ela era Chefe do Gabinete Civil da Presidência e obedecia ordens. Nega, porém, que ela tivesse sido beneficiada com o esquema. "Não posso adiantar ainda, mas o depoimento dela vai revelar muitas coisas", disse Ana Maria.

Edmilson de Souza Campos também foi apontado por Mônica como uma das pessoas que solicitava, por bilhete, a inclusão de funcionários "fantasmas" na folha de pagamento da Casa.

Obama quer um acordo que inclua meta para redução do efeito estufa. Página 8.

**DINHEIRO**

## Servidores da Justiça Estadual prometem paralisar atividades no dia 10

Os servidores da Justiça Estadual vão paralisar suas atividades no próximo dia 10 e também apoiarão o ato público da Ordem dos Advogados em defesa de Poder Judiciário no Pará que acontecerá simultaneamente em todos fóruns da Justiça Comum na capital e interior do Estado. A decisão foi tomada na manhã de ontem depois que o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário consultou a categoria. Durante o ato, os trabalhadores vão exigir o aumento de 22,45% oriundo de uma decisão judicial transitada e julgada no Supremo Tribunal Federal em 2013 e que até hoje não foi adicionado aos salários.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário, Pepe Larrat, garante que a manifestação - que acontecerá no Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos- servirá para questionar também o projeto de lei enviado à Assem-

bleia Legislativa, em caráter de urgência, que estabelece novos nove departamentos adjuntos no Poder Judiciário e que cria mais de 50 cargos comissionados. "É uma lógica invertida. Não tem dinheiro para pagar o aumento ao funcionalismo, mas terá dinheiro para contratar e pagar mais de 50 novos cargos comissionados. Isso é incompreensível e justifica a paralisação do próximo dia 10", afirma o sindicalista.

Pepe Larrat que se encontrou na última sexta-feira com o presidente da OAB/Pará, Jarbas Vasconcelos, explica que a ideia é que o Sinjep se alie a todas iniciativas da sociedade civil de lutar por melhores condições de trabalho para o funcionalismo do judiciário paraense como forma e melhor atender a população que necessita deste serviço. "É notório o sucateamento do Poder Judiciário. A manifestação será legítima".

A manifestação da OAB/Pará pleiteia a convocação dos 96 juizes e todos os servidores (inclusive cadastro de reserva) aprovados em concurso público; novos concursos públicos para juizes e servidores; conclusão das obras deixadas pela desembargadora Luzia Nadja Nascimento; empenho financeiro de todas as obras previstas para 2016. A OAB/Pará informa que em seu site que este pleitos foram encaminhados por meio de ofício ao presidente do TJE, desembargador Constantino Guerreiro, desde 9 de março pelas 24 subseções da OAB no Estado e até o momento estão sem resposta. O desembargador Constantino Guerreiro foi comunicado, por meio de ofício, bem como convidado para responder às demandas no Colégio de Presidentes de Subseções que ocorrerá dia 15 de dezembro, às 9h, na sede da Ordem.

## MAGAZINE

Atividade Paranormal segue em cartaz nos cinemas de Belém. Página 5.

**bernardino santos****Retrocesso**

■ Ninguém pediu minha opinião, mas vou me manifestar. Se o Tribunal Superior Eleitoral mantiver a decisão de usar as velhas cédulas de papel nas eleições de 2016, será um tremendo retrocesso no processo eleitoral.

■ Prefiro não acreditar nessa decisão. Data vênia pode ser uma ameaça (ou represália) dos distintos ministros ao corte que o Palácio do Planalto fez no orçamento da justiça eleitoral. Acredito numa solução breve.

Trabalhador é morto à luz do dia em via movimentada do Guamá. Página 8.

CIDADES

# Réu condenado por matar a ex-mulher

## VEREDICTO

Caminhoneiro pega 22 anos de cadeia. Vítima era a mãe de sua filha.

Jurados do 1º Tribunal do Júri de Belém votaram ontem pela condenação do caminhoneiro Igor Ferreira da Silva, baiano, de 44 anos, acusado de matar a facadas sua companheira e mãe de sua filha Adriana Cristina Favacho da Silva, de 33 anos. A pena aplicada foi de 22 anos de reclusão e será cumprida em regime inicialmente fechado.

Testemunhas ouvidas no júri relataram que o réu costumava agredir a companheira e não gostava de ver a mulher com suas amigas por acreditar que elas estariam influenciando-a. Entre as diversas agressões praticadas, consta nos depoimentos de testemunhas que ele já teria quebrado a clavícula da mulher. O acusado confessou que fazia uso de drogas como cocaína e outro estimulante, conhecido por rebite.

Após desferir várias facadas na vítima, o réu foi visto pelos vizinhos saindo apressado da casa da companheira. Moradores da vila onde Adriana Cristina morava ainda a levaram para um hospital de pronto-socorro, mas ela não resistiu. O crime foi praticado no interior do quitinete onde ela residia, por volta da 23h do dia 11 de maio de 2014, na Passagem Santos Dumont, na Sacramento.

O promotor de Justiça José Rui Barbosa atuou na acusação e sustentou a tese de homicídio qualificado acolhida pelos jurados. Atuaram na defesa do réu os advogados Eduardo Imbiriba e Rodrigo Godinho, que sustentaram a tese de homicídio privilegiado para efeito de uma pena menor, mas a tese



Igor usou uma faca para cometer o crime e foi visto por testemunhas quando fugia

foi rejeitada pelos jurados. A sessão foi presidida pelo juiz Edmar Pereira.

## AMIGO

Jurados do 2º Tribunal do Júri da Capital condenaram ontem, por homicídio culposo, Adriano da Silva Souza, de 25 anos, conhecido como Bebê, acusado da morte do estudante do Colégio Deodoro de Mendonça Paulo Sérgio Machado de Carvalho Filho, de 20 anos. A pena aplicada ao réu foi de um ano e seis meses de detenção e será convertida em pena alternativa a ser definida pelo juízo.

O crime ocorreu na madrugada do dia 18 de agosto de 2013, em frente à casa do estudante, na Rua do Chaco, na Pedreira, em Belém. A vítima estava conversando com um amigo quando o réu chegou e, de forma grosseira,

passou a intimidá-lo por estar ali naquela hora da madrugada. Mostrando à vítima o revólver que portava, indagou se este tinha medo de morrer, ocasião em que a arma de fogo disparou, atingindo Paulo Sérgio, que morreu logo depois.

Em interrogatório prestado, o réu alegou que estava brincando com a vítima, que é seu amigo de infância, e que a arma teria disparado sem que ele tivesse acionado. Inconsolável, a mãe da vítima declarou que o filho era "menino muito bom e estudioso".

Ela ganha a vida como diarista e precisa cuidar de dois irmãos mais novos, uma menina de cinco anos e um menino de 12 anos, que continuam abalados com a morte do irmão. Ela afirmou que o réu frequentava a casa do seu filho. Segundo ela, o réu agiu com maldade. A mãe da vítima

## Réu já havia espancado a vítima várias vezes e alega usar drogas

também ressaltou que a irmã do réu é casada com o pai de Paulo Sérgio, seu ex-marido, com quem conviveu por aproximadamente 28 anos.

Em defesa do acusado atuou o advogado Mauro Sérgio da Silva Lima, que pediu aos jurados para que desclassificassem o homicídio simples para homicídio culposo. Segundo ele, o réu agiu com imperícia no manuseio da arma. O promotor de justiça Mário Brasil sustentou a tese acusatória de que o réu foi autor de homicídio simples, mas a tese foi rejeitada. A sessão foi presidida pelo juiz Raimundo Moisés Alves Flexa.

Trabalhador é morto à luz do dia em via movimentada do Guamá. Página 8.

CIDADES

## “Maria da Penha” ganha força-tarefa no TJE

### **CAMPANHA** Justiça lança 3ª fase da “Paz, Nossa Justa Causa” no Pará

A 3ª fase da Campanha “Paz, Nossa Justa Causa” foi lançada na segunda-feira passada, no Fórum Cível de Belém, com o objetivo de dar maior celeridade aos processos que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher e tornar mais efetiva a Lei Maria da Penha. Até o final da semana, em todo

o Estado, uma força-tarefa agilizará cerca de 400 audiências e seis júris relacionados a casos de violência contra a mulher. A campanha também prevê um ciclo de debates, atendimentos jurídicos e serviços de cidadania voltados à mulher.

De acordo com a desembargadora Vera Araújo, responsável pela Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do TJPA, a campanha dará uma resposta mais rápida a sociedade, evitando que casos de violência contra a mulher prescrevam e o agressor fique impune.

A campanha Paz, Nossa Justa Causa é coordenada em nível nacional pela vice-presidente do STF, ministra Carmem Lúcia.

Vera Araújo destacou, entre as ações da coordenadoria nas três fases da campanha, o termo de cooperação firmado entre o TJPA, Ministério Público, Defensoria Pública, e Propaz Mulher, para a apreciação imediata de medidas protetivas e, quando deferidas, com o imediato cumprimento pelos oficiais de justiça.

A magistrada também anunciou a implantação, em março do próximo ano, de

um aplicativo para auxiliar mulheres em caso de medida protetiva descumprida pelo agressor. O aplicativo possibilitará à vítima um contato mais rápido com a central da Guarda Municipal, que acionará a viatura mais próxima para prestar atendimento urgente. Concluída a capacitação dos policiais militares que irão atender mulheres vítimas de violência doméstica, ocorrerá a efetiva implantação da Patrulha Maria da Penha, prevista para esta quinta-feira, 3, na sede do Comando Geral da Polícia Militar.

**GUILHERME AUGUSTO**

guilhermeapsouza@hotmail.com

**Anapu  
outra vez**

Para atender pedido do Ministério Público Federal um grupo da Ouvidoria Agrária Nacional desembarcou ontem em Anapu, na Transamazônica, no Pará, para ouvir testemunhas e familiares das vítimas de execuções, com características de pistolagem, que ocorreram nos últimos meses na região. Vale lembrar que foi nesse município transamazônico que aconteceu o assassinato da missionária americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. Depois de Anapu, os ouvidores seguem para Altamira, no sudoeste paraense.

**Manual,  
nem a pau**

O Tribunal Regional Eleitoral está na contramão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que anunciou na última segunda-feira, sob o pretexto de falta de recursos, a volta do jurássico sistema manual nas eleições municipais do ano que vem. Menos no Pará. Ontem, O TRE divulgou que em nosso estado as eleições de 2016 serão 100% por meio de processo eletrônico. Ponto pra corte paraense.

**Blefe**

Enquanto isso, o presidente do TSE, ministro Dias Toffoli, declarou ontem ter "esperança" de que o governo federal irá descontingenciar os mais de R\$ 428 milhões necessários para o desarmamento, digamos assim, da urna eletrônica em todo o país. "Estamos muito esperançosos de que o governo vai deixar de fora do corte esses recursos necessários para a continuidade das eleições eletrônicas", disse.

**ELEIÇÕES 2016**

# TRE diz que Pará é capaz de manter votação eletrônica

**Se o TSE autorizar, o presidente do TRE, Raimundo Holanda, garante que o Estado tem urnas suficientes para garantir a votação**

**CAROLINA MENEZES**

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Pará, desembargador Raimundo Holanda Reis garantiu que o Pará tem como realizar as eleições de 2016 com urnas eletrônicas, caso o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorize.

O TRE apresentou, na manhã de ontem, o Plano Integrado de Eleições (PIE) para o pleito municipal do ano que vem. "Temos o número de urnas necessárias e mais de 4 mil urnas sobrando. Não podemos voltar a fazer como era feito há 15 anos, regredir", reforçou. Foi anunciado também que, em 2016 o período de veiculação do Horário Eleitoral Gratuito será diminuído em 10 dias, como forma de conter gastos. A medida será adotada em todo o Brasil.

Também haverá o uso de QR Code para a leitura do Boleim de Urna após o término das votações, o que transformará o eleitor que tiver às mãos um smartphone ou tablet em auditor dos resultados das seções. A afirmativa do presidente do TRE do Pará sobre o uso de urnas eletrônicas vai de encontro à portaria publicada na última segunda-feira, no Diário Oficial da União (DOU), na qual a Justiça Eleitoral anuncia que as eleições municipais de 2016 serão feitas de forma manual. O motivo é um corte orçamentário imposto pelo Governo Federal ao Poder Judiciário.

O desembargador vê a medida com preocupação, mas não descarta que a situação seja revertida. "Tenho certeza de que isso será superado". O secretário de tecnologia da informação do TRE, Felipe Brito, declarou que a publicação do Diário Oficial surpreendeu toda a equipe local.



Tribunal Regional Eleitoral apresentou o plano integrado para as eleições do próximo ano

Ele declarou, ainda, que há uma licitação em andamento para a aquisição de novas urnas eletrônicas, modelo 2015. "Houve economia no próprio TSE e várias ações deixaram de acontecer para garantir a compra das urnas, mas esse corte afeta o orçamento de 2015, o que impacta nessa compra", explicou Brito, deixando claro que a situação ainda está em discussão entre o Judiciário e o Executivo e que o cenário pode mudar.

#### **CUSTO**

O diretor geral do TRE, Francisco Valentim, afirmou que, mesmo com uma diminuição considerável na velocidade da apuração, a votação manual, de fato, teria um custo bastante menor por exigir logística mais simples. Só para se ter uma ideia, dos R\$ 29 milhões gastos nas eleições de 2014 no Pará, cerca de R\$ 11 milhões foram gastos com o transporte dos equipamentos e outros R\$ 6 milhões com a transmissão de dados via satélite.

"Seria um retrocesso, diante da tecnologia que temos e segurança, além de um impacto muito grande para todo o Brasil. Foge à realidade", declarou Valentim, sobre uma possível volta ao modelo de voto manual. Caso o Pará consiga manter a votação eletrônica em 2016, o valor a ser gasto não deve sofrer variações em relação a 2014.



#### **URNAS NO PARÁ**

O Pará conta com cerca de 21 mil urnas eletrônicas, incluindo um contingente de cerca de 4 mil unidades de reserva, aptas para

o uso, número suficiente, de acordo com o TRE, para atender aos mais de 5,3 milhões de eleitores paraenses.

## Críticas à aprovação da impressão do voto

A derubada do veto à impressão do voto no Congresso Nacional não é bem vista com bons olhos pela Justiça Eleitoral paraense, embora já esteja descartada a possibilidade dessa mudança ocorrer no pleito de 2016. A mudança está prevista no Projeto de Lei da Reforma Política. "Se assim a lei determinar, será um cumprimento bastante doloroso no aspecto ambiental, com a impressão de mais de 150 milhões de cédulas, mais custo de transporte de material", citou Felipe Brito, secretário de tecnologia da informação do

TRE. Ele não vê, do ponto de vista técnico, a impressão como algo que daria mais lisura ao processo eleitoral. "Até hoje nunca houve uma fraude comprovada às urnas eletrônicas".



Impressão do voto está descartada para 2016



**RD** REPÓRTER  
DIÁRIO

O governador tucano do Pará ainda não pode se dar ao luxo de encostar a cabeça no travesseiro e pensar que foi já premiado com a impunidade integral no caso da propina recebida da Cervejaria Cerpasa. Por vacilo do Ministério Público Federal (MPF), o inquérito penal que investigava Símlon Jatene pelo recebimento de propina prescreveu no Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas ele ainda pode ser alvo de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado para a reparação dos prejuízos ao erário. A devolução de dinheiro público subtraído é imprescritível.

### **Insone**

A lógica é simples. Como a lesão ao erário pelo perdão tributário e suas triangulações de corrupção apontadas pelo MPF remanesce, a Constituição Federal ampara uma ação do MP para buscar a reparação. O artigo 37, parágrafo 5º da CF, regra a imprescritibilidade e a ação de ressarcimento. Para tirar de vez o sono de Jatene, como a ação é de natureza cível, ele perde o foro especial - que só se aplica à ação penal. Se decidir processá-lo, MP poderá fazê-lo pelo Núcleo de Improbidade, chefiada pelo procurador Nelson Medrado.

### **Avisar o Liberal**

Quem souber em que gaveta do poder judiciário federal se encontra o processo contra Rômulo Maiorana Jr., por contrabandar um avião a jato - apreendido em flagrante pela Receita Federal no aeroporto Val-de-Cans, oriundo dos Estados Unidos - deve, por amor ao combate à corrupção, avisar o jornal O Liberal. Há quem duvide que os sócios de fato do governador tucano Rolando Lero sempre estiveram travando a luta contra a corrupção.

**+**  
**RC REPÓRTER  
CARAJÁS****ELDORADO (1)****PREFEITO E 2 VEREADORES SÃO AFASTADOS**

A juíza de Direito da Comarca de Curionópolis, Priscila Mamede Mousinho, afastou ontem (01), pelo prazo de 180 dias sem prejuízo de suas remunerações, o prefeito de Eldorado dos Carajás, Divino Alves, o presidente da Câmara Municipal, Valmir Gomes (PP) e o vereador José Almeida de Araújo (PSB), denunciados pelo MP de cometer atos de improbidade administrativa, após representação formulada pelo popular Lindomar Simão da Silva.

**ELDORADO (2)****BLOQUEIO E QUEBRA DE SIGILO**

A magistrada determinou, ainda, o bloqueio judicial dos requeridos até o valor de R\$150 mil e a quebra dos sigilos bancários dos dois vereadores afastados, entre outras. Ainda por determinação da juíza, o vice-prefeito, Francislopes de Souza (PSD) deverá assumir imediatamente o cargo de prefeito, assim como a Mesa Diretora da Câmara deverá convocar os suplentes para compor a Casa de Leis.

ELEIÇÕES 2016

# Urnas de lonas são retrocesso, diz cartório

A notícia que bloqueio de verbas inviabilizaria o uso das urnas eletrônicas deixou surpresa a 23.<sup>a</sup> Zona Eleitoral de Marabá

DA REDAÇÃO

**A** notícia de que o bloqueio da verba do Judiciário publicada no "Diário Oficial da União" desta segunda-feira (30) e assinada pelos presidentes dos tribunais superiores informando que o bloqueio de R\$ 1,7 bilhão determinado pelo Executivo no orçamento do Judiciário vai "inviabilizar" as eleições de 2016 por meio eletrônico, deixou o Cartório Eleitoral de Marabá surpreso. Segundo o chefe do Cartório da 23.<sup>a</sup> Zona Eleitoral, Antônio Araújo Moura isso repre-

sentaria um retrocesso na democracia brasileira.

"Nós temos atualmente uma apuração de eleições que acontecem em até no máximo duas horas e nesse tempo já conhecemos o resultado das eleições e se voltarmos para as antigas urnas teremos de dois a três dias, dependendo do colégio eleitoral, para se obter o resultado de uma eleição. É algo que não se concebe mais aos dias atuais", declara Antônio Moura.

Na visão de Antônio Araújo Moura isso não se confirmará. Na visão dele, os presidentes dos tribunais superiores vendo a amplitude desse corte orçamentário não vai permitir a inviabilização da votação eletrônica no Brasil. "Mas acredito que isso não vá se confirmar. Entendo que os presidentes dos tribunais superiores vendo a amplitude desse corte orçamentário, e o que eles alertaram de forma oficial não somente



Uso das urnas eletrônicas para eleições já é rotina entre os marabaenses

ao executivo, mas principalmente ao congresso, não impede que os recursos sejam canalizados de outras fontes para que se garanta as eleições", declarou.

## BIOMETRIA

O chefe do Cartório da 23.<sup>a</sup> Zona Eleitoral, Antônio Araújo Moura, fala também sobre outro processo importante que

está sendo realizado em todo o Brasil a fim de garantir a lisura do processo eleitoral: a Biometria. "Quando se vota nas urnas de lonas, você tira todos os mecanismos de segurança que atualmente hoje ela tem", explica. "Para se fraudar uma urna eletrônica, exige-se um conhecimento e um envolvimento de uma quantidade tão grande de pessoas que praticamente se torna inviável uma fraude", disse.

De acordo com o tribunal eleitoral, o maior impacto do bloqueio do dinheiro reservado à Justiça Eleitoral é comprometer o processo de aquisição de urnas eletrônicas que já está licitado.

O TSE afirma, em trecho do comunicado, que é imprescindível contratar as urnas eletrônicas até o fim do mês de dezembro, com o comprometimento de uma despesa estimada em R\$ 200 milhões.